

PROGRAMA DE GOVERNO ARTUR ORSI – 55

Apresentação

Meu compromisso com Campinas e com as pessoas que vivem aqui está entrelaçado com a minha própria história como campineiro, servidor público, legislador e cidadão. A trajetória de meu pai, Edivaldo Orsi, vereador, vice-prefeito e prefeito de Campinas, transmitiu a mim o respeito pela coisa pública e guia meu desenvolvimento, meu caráter e meu senso de cidadania.

Meus 25 anos de servidor concursado da Prefeitura e da Câmara Municipal aprimoraram minha vocação para a vida pública. Como advogado e professor de Direito Administrativo, especialista em Direito Público, consultor jurídico da Câmara Municipal e vereador por três mandatos - com a maior votação da atual legislatura - conduzo minha vida buscando o melhor para Campinas, uma cidade que sempre foi referência em modernidade, ciência e tecnologia, geração de conhecimento e em desenvolvimento econômico.

Apesar de todo o progresso, Campinas tem uma grande parcela da população que padece com o processo de estagnação da gestão municipal. São pessoas que vivem com o sentimento de decepção pela ineficiência dos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, transporte público, infraestrutura e segurança.

A cidade tem uma máquina pública inchada, conduzida sem boas práticas de gestão, desatenta às carências das pessoas que sofrem com a privação de oportunidades para um futuro melhor. Um futuro que garanta a elas condições de enfrentar um mercado de trabalho exigente e de qualidade.

A justa frustração do povo de Campinas é reflexo também dos gastos mal feitos e da perda da capacidade de investimento do município em infraestrutura e em serviços públicos eficazes. O excesso de cargos comissionados e a falta de agilidade e de eficiência para o desenvolvimento e execução de projetos impedem que principalmente as regiões mais vulneráveis recebam melhorias e benefícios.

Como servidor público, percebo que a desvalorização da categoria e a ausência de condições dignas de trabalho alimentam esse quadro crítico. Como resultado, a cidade próspera ficou no passado e deu lugar a uma terra de desigualdades.

O caminho do atraso, que a Prefeitura de Campinas trilhou nos últimos anos, tem sido foco da minha atenção. Exerci meus mandatos na Câmara Municipal determinado a pausar esse processo e obtive vitórias. Fui autor do pedido de cassação do prefeito Hélio de Oliveira Santos, propus e presidi a CPI da Corrupção, além de outras iniciativas que dispunham sobre a transparência e a fiscalização da gestão e do poder público.

Agora, quero ser prefeito de Campinas para zelar pela cidade e pelas pessoas. Serei acompanhado de uma equipe de colaboradores escolhida pelo critério de qualidade e experiência, que saiba ouvir o que a população tem a dizer, que defina prioridades para cuidar do município e que fiscalize o cumprimento das leis. Paralelamente a isso, manterei igual preocupação com o futuro ao elaborar e viabilizar projetos para as próximas décadas.

Eu e minha equipe vamos gerenciar Campinas pautados pela promoção dos conceitos de equilíbrio social, de desenvolvimento sustentável, de mobilidade e acessibilidade, de melhoria ambiental e de consolidação do município como uma cidade conectada.

Meu comprometimento com Campinas, aliado à representatividade da sociedade e aos mais bem preparados gestores, fará despontar um município melhor. Será uma Campinas justa, receptiva ao novo, capaz de equilibrar anseios daqueles que prezam o desenvolvimento como um meio de alcançar o bem-estar de todos. É somente a esse propósito que servirá o meu plano de governo.

Artur Orsi

Gestão, Finanças e RH

O gasto excessivo e mal feito por meio de contratos terceirizados precisa cessar, pois há muitos desses contratos com valores acima da média de

mercado mesmo para o setor público. A nova gestão vai assegurar o gasto com qualidade e inteligência e permitirá que os benefícios contratados impactem, como deve ser, de forma positiva a população da cidade.

A capacidade de investimento do município, tão reduzida em face da ineficiência, será recuperada por meio da redução de custos sem redução de serviços à população. Compras e contratações serão pautadas pelo respeito aos recursos públicos, priorizando, sempre, a transparência, o controle e cumprimentos das metas.

A transparência deve imperar sobre as finanças públicas. Será necessário e urgente identificar e qualificar os gastos, assim com equilibrar receitas e o custeio de todas as operações municipais, de forma sistemática, inteligente e frequente. Dessa forma, será viável retomar a capacidade de investimento de Campinas.

Entre os objetivos da nova administração está o gerenciamento dos contratos em todas as fases de execução e buscar preços justos e qualidade de serviço através de um sistema informatizado e integrado. A gestão prevê também uma forte redução dos aditamentos de contratos vigentes e a priorização de novos processos de licitação.

Assegurar o desenvolvimento de projetos de forma ágil e competente para permitir a aplicação plena de recursos encaminhados do governo federal, pois milhões já deixaram de ser utilizados por falta de planejamento correto, prejudicando o atendimento da população, principalmente a mais carente, em áreas essenciais como a saúde pública.

Entre as metas do novo governo está a redução do número de cargos comissionados, que representam um elevado custo ao município, e dessa forma destinar mais recursos para ações que gerem qualidade de vida e oportunidade de desenvolvimento para o povo de Campinas.

Compliance

O novo governo terá como empenho o desenvolvimento e aplicação de boas práticas de gestão para padronizar e garantir segurança jurídica a todos os atos administrativos de servidores. Tal meta será implementada por meio de um processo de compliance para a prevenção a desvios de conduta que possam resultar em casos de corrupção e comprometer o

desempenho da administração na missão de gerenciar de forma eficiente a coisa pública. Esse conjunto de medidas assegurará que gestores e servidores cumpram normas legais, regulamentos, controles internos e códigos de ética para evitar ou corrigir irregularidades ou desvios que possam culminar em casos de corrupção.

Recursos Humanos

A qualidade dos servidores do município de Campinas prima pela competência e dedicação. Porém, cabe à administração reconhecer e cumprir uma dívida de gestão, investindo na capacitação e no respeito ao servidor público municipal. A realização de concursos públicos não basta se não estiver acompanhada da valorização da categoria por meio da garantia de condições dignas para o exercício das atividades com a excelência que Campinas merece.

Cabe ainda ao novo governo garantir que os valores de uma gestão pautada pela eficiência alcancem todos os atos administrativos e atividades dos servidores do Executivo com foco em resultado, por meio da formação, capacitação e atualização de funcionários que possam ser replicadores desses conceitos entre os demais.

Tratamento de resíduos, Política Ambiental e Saneamento

Vivemos um momento crítico em relação ao tratamento de resíduos e, conseqüentemente, ao meio ambiente. A forma como a sociedade mantém os meios de produção e os critérios com os quais ela consome têm sido revistos. Isso tem ocorrido, mas em um ritmo ainda abaixo do ideal. Quanto antes Campinas for incentivada a alterar hábitos, maior será a oportunidade de redução de impactos ambientais e de qualidade de vida.

O governo deverá atentar para a legislação nacional vigente, que estabeleceu a política nacional de resíduos sólidos. O processo de implementação do plano municipal de gestão de resíduos sólidos será analisado para apurar de que forma o texto vem sendo adotado para identificar meios mais eficientes de implantação.

A participação de órgãos, como o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público e o Comdema (Conselho Municipal do Meio Ambiente) será estratégica para esse processo cercado de desafios.

Entre os enfrentamentos mais urgentes está o aterro Delta A. Recentemente reativado, com uma licença condicionada a contrapartidas, o aterro precisa ser alvo de um estudo técnico isento e transparente. Pela capacidade do aterro em atrair aves, há de se levar em conta ainda a forte vocação aeroportuária de Campinas e a segurança aeroviária, em função do Aeroporto Internacional de Viracopos e também o Aeródromo dos Amarais.

Parcerias Público Privadas

O sistema de Parceria Público Privada (PPP) para o setor de resíduos sólidos se mostra eficiente e benéfico para Campinas, cuja nova administração buscará aplicar seu orçamento de forma inteligente e resolutiva. Dessa maneira, será possível reduzir o custo de todo o processo, aumentar a eficiência dos serviços e dos índices de reutilização, reciclagem e aproveitamento energético.

Uma gestão bem preparada assumirá a responsabilidade de regular e fiscalizar o contrato da PPP, juntamente com ações paralelas, porém não menos importantes, como a implantação de programas de coleta seletiva e incentivo às associações de catadores; e a criação e monitoramento de metas e incentivos para que os resíduos sólidos sejam devidamente recolhidos e transportados.

O governo deverá buscar garantir pela PPP que a iniciativa privada edifique e administre unidade de tratamento e disposição final de resíduos, realize o tratamento, dê garantias de que subprodutos dos resíduos possam ser comercializados e com isso reduzir o custo do tratamento, que deverá ter como prioridade a forma de reciclagem para reuso e aproveitamento energético. Será preciso também estimular nesse processo o recurso do mercado de crédito de carbono.

Logística Reversa

O relacionamento do poder público municipal com entidades de classe dos mais variados setores da economia, deverá ser direcionado ao incentivo de ações de logística reversa entre os consumidores finais e os fabricantes. Dessa forma, dar apoio para que essa exigência legal seja de fato cumprida em Campinas.

Pelos dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Brasil é o mercado emergente que gera o maior volume de lixo eletrônico per capita. Também é um dos líderes em descartar celulares, televisões e impressoras. A preocupação que fica é o destino desses celulares e de

suas baterias. Nesse sentido, fica ainda mais evidente a necessidade de um consumo mais consciente por parte de todos.

Regra dos 3 Rs

A administração pública coordenará um trabalho de articulação entre as secretarias municipais para disseminar os conceitos de Redução, Reutilização e Reciclagem entre a população de Campinas de várias faixas etárias.

Política Ambiental

A pauta da política ambiental será tratada por meio de uma constante visão intersetorial, envolvendo a maior quantidade possível de órgãos municipais, a destacar o planejamento, o urbanismo, o transporte e mobilidade, a saúde, os serviços públicos, a educação, a habitação e a assistência social. A participação de organismos não governamentais e representantes da sociedade civil é fundamental, já que o tema da política ambiental envolve mudanças na forma de consumir, produzir e de se relacionar com a cidade.

O conceito de boas práticas ambientais deve contemplar de maneira intersetorial a questão do tratamento de esgoto, gestão das águas, gestão das Áreas de Proteção Ambiental, resíduos sólidos, sustentabilidade nas atividades operacionais da Prefeitura e autarquias, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, qualidade do ar, infraestrutura e apoio e incentivo às ações do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Os parques e bosques de Campinas, estruturas capazes de renovar a sensação de bem-estar dos habitantes do município, devem ser revigorados e explorados também como espaço de reflexão ambiental. Aproximando, assim, o público do tema ambiental.

Saneamento

Apesar de ser um sustentáculo do desenvolvimento, o saneamento ainda apresenta deficiências, principalmente se analisado sob a ótica da saúde. Campinas tem a memória do mau saneamento em seu DNA, por ter passado por uma situação avassaladora no século 19 com a febre amarela. Mais de um século depois, a cidade é subjugada pelo mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

Aqueles que ainda não têm acesso a saneamento adequado são as pessoas que vivem em situação de pobreza, com menos oportunidades e

excluídos. Estão ainda a espera de uma agenda típica do século 19 em uma Campinas do século 21.

Será necessário criar condições para que haja melhoria da gestão dos projetos para a reversão desse quadro. O saneamento tem vínculo direto com a promoção da saúde e com um futuro melhor das pessoas, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Um dólar em saneamento (coleta e tratamento de esgoto) vira 5,2 dólares em economia na saúde.

A necessidade de água existe porque a população cresce. Campinas precisa de ações eficientes para resolver esse conflito, que ficou explícito nos últimos anos com a crise hídrica. Não apenas com a conscientização e o esforço da população, mas também com um governo bem preparado e com projetos de fôlego e de longo prazo que afastem o risco de desabastecimento.

Tecnologia e Inclusão Digital

Campinas é uma cidade de vanguarda tecnológica por vocação e esse DNA deve fazer parte da gestão do poder público municipal. Porém, é preciso entender a tecnologia não apenas como o uso de ferramentas da informática aplicadas à administração, mas principalmente como a reorganização de processos que tenham como foco cuidar das pessoas e facilitar a vida dos cidadãos da cidade.

Dessa forma, a nova administração aprimorará o sistema de organização para prover com eficiência o estoque de insumos, fazer compras com regularidade e quantidade corretas em todas as áreas, garantindo conveniência para o cidadão.

O atendimento à população de Campinas será pautado pela agilidade no trâmite de protocolos e acompanhamento transparente dos processos de cidadãos e empresas, por meio da ampliação dos serviços através de meios eletrônicos, inclusive na forma mobile. O desenvolvimento e aplicação eficiente de ferramentas tecnológicas permitirá ao governo trabalhar mais e melhor, ao levar para a gestão pública uma visão inovadora.

Inclusão e acessibilidade

É necessário assegurar ao maior número de pessoas possível o acesso a sinal de internet wi-fi em locais públicos como forma de inclusão digital e

também para ampliar a experiência de navegação para todas as pessoas, por meio de investimento em acessibilidade na web, que garantirá a pessoas com deficiência e idosos que possam perceber, entender, navegar, interagir com internet e com os serviços públicos municipais. Essa condição contribuirá para a igualdade de oportunidades e autonomia.

Assistência Social e Inclusão Social

Com base nos registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário mostrou que Campinas possuía, em abril, 65,6 mil famílias cadastradas, sendo 27 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, equivalente a 7,47% da população da cidade.

Segundo o ministério, a cobertura cadastral de Campinas é inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias que fazem parte do público-alvo de redução de miséria, é necessário realizar uma busca ativa eficiente para incluir cerca de mais 12 mil famílias. Essa meta será um dos focos da nova gestão.

Entre 2011 e 2016, foi registrado em Campinas uma redução de 8,8% das famílias beneficiadas. Caberá à administração assegurar que uma malha de ações sociais envolvendo várias secretarias sob uma coordenação, garanta a ampliação desse índice. Isso indicará que mais pessoas estarão preparadas para aproveitar as oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida que serão construídas nos próximos anos de governo.

Em relação ao acompanhamento das famílias beneficiadas, haverá forte preocupação de forma específica com relação à saúde. No município, em 2016, chega a 47,3% o índice de famílias acompanhadas pelas ações da secretaria da Saúde, enquanto a média nacional é 76,8%. É imprescindível que a administração promova uma articulação mais eficiente entre a Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social e a Secretaria da Saúde como forma de ampliar esse acompanhamento, além de fortalecer o controle e fiscalização.

Já na esfera da educação, será fundamental o investimento em ofertas de vagas para educação em tempo integral. A ampliação da jornada será parte de uma eficiente estratégia de amparo social, combatendo a miséria, a violência e a exclusão social. A meta de zerar o déficit de vagas

para creches por meios de estruturas públicas ou conveniadas também reforçará o atendimento às crianças e suas famílias.

O novo governo está atento e solidário às preocupações de jovens estudantes e de seus familiares e sabe que é necessário assegurar oportunidade de ascensão social por meio do estudo de qualidade e de qualificação profissional com foco nas necessidades do mercado regional. Apoio, iniciativa e parcerias para a ampliação de cursos com reconhecida qualidade técnica, como os das entidades do Sistema “S” e outras instituições, serão metas com foco principalmente nas famílias menos protegidas socialmente.

Vulnerabilidade social

Ao assumir a necessidade de redução do processo de exclusão social é preciso fornecer apoio para a retomada da dignidade de todos aqueles que vivem em situação de rua, desenvolvendo políticas públicas resolutivas.

Conselhos

Além das ações articuladas com as demais secretarias da administração para firmar uma eficiente malha de proteção social de Campinas, o governo fortalecerá a ação de todos os conselhos municipais vinculados à Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. Dessa forma, serão contempladas a defesa de direitos e a qualidade de vida em relação à infância e adolescência, terceira idade e igualdade racial.

Questões de gênero

A proposta de uma Campinas mais justa passará também pelo suporte intensivo para a busca e conquista da igualdade de gêneros. O novo governo entende que mulheres e homens, ao participarem de maneira igualitária nas mais diversas áreas, são capazes de construir uma Campinas mais coesa e resiliente.

SEGURANÇA

Para ampliar a sensação de segurança da população de Campinas, é necessário planejar e coordenar as tarefas dos diferentes órgãos envolvidos e interagir com os demais organismos municipais, além das instâncias estadual e federal.

Campinas requer a implantação de um Plano Municipal de Segurança para definir as linhas mestras de atuação da Prefeitura na segurança pública e os princípios de respeito aos direitos individuais, interdisciplinaridade, transparência das ações e participação comunitária.

A política de segurança pública deve ser formulada com base nos princípios de:

- Trabalho integrado entre Guarda Municipal e demais forças policiais;
- Respeito aos direitos humanos;
- Valorização do Guarda Municipal;
- Ênfase em ações preventivas com envolvimento das demais secretarias do governo municipal;
- Investimento em tecnologia;
- Contínuo monitoramento e avaliação dos processos e resultados;
- Transparência e prestação de contas à sociedade.

Interdisciplinaridade

Impõe-se a necessidade de uma visão interdisciplinar na formatação de uma política pública de segurança municipal. A sensação de segurança advém também de atividades sem relação direta com a Guarda Municipal, como limpeza e conservação de ruas e praças, iluminação pública, planejamento urbano, combate ao excesso de ruídos, equipamentos públicos de esportes e lazer. O funcionamento eficiente dos setores de saúde, educação e assistência social também contribui para uma cidade pacífica.

Caberá à gestão envolver de forma efetiva todos os setores da administração. Estratégias de ações principalmente nas áreas de educação, saúde, cultura, esportes, assistência social e urbanismo devem ser fortalecidas e consideradas como determinantes para redução da sensação de insegurança.

Dessa forma, o poder público municipal agirá como catalisador de um processo de articulação e integração dos setores envolvidos com o enfrentamento da violência, incorporando também a participação da sociedade, por meio dos Conselhos de Segurança e de outras formas de organização.

A construção de políticas públicas em conjunto com a sociedade civil será uma das garantias da eficácia das ações, pois a aproximação entre poder público e sociedade civil garantirá informações mais confiáveis, corresponsabilidade pelas políticas e o desenho de ações específicas para cada região de Campinas, com suas características específicas.

Integração

O governo deverá intensificar a articulação com as demais polícias de Campinas para:

- Desenvolver ações coordenadas entre a Guarda Municipal e as polícias Militar e Civil, determinadas a diagnosticar e avaliar em conjunto situações problemáticas, relativas à segurança para articular e aperfeiçoar as intervenções planejadas.
- Colaborar com as forças policiais para a troca de informações e o monitoramento da segurança de Campinas, que se traduzam em operações conjuntas com a Guarda Municipal.

Aperfeiçoamento da Guarda Municipal

A nova administração incentivará a ação da Guarda Municipal em ações estratégicas de policiamento orientado para a solução de problemas, possibilitando a melhoria da qualidade de vida da população de Campinas por meio da atuação contra a degradação de espaços físicos e sociais.

Como em todas as demais áreas, a tecnologia pode contribuir muito para a prevenção e repressão ao crime e à violência. A Guarda Municipal deve aprimorar intensivamente o uso destes recursos para exercer um controle tecnológico da cidade, tanto em função da segurança urbana, quanto em função da segurança no trânsito.

Transporte público e mobilidade

Aspecto essencial da qualidade de vida dos moradores de qualquer cidade, a mobilidade urbana tem prioridade e deve ser tratada com inteligência e eficiência. O impacto do transporte público na vida do trabalhador é cruel. Segundo o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), em dez anos o custo de manutenção do transporte coletivo cresceu 93,9%.

É preciso garantir que os ônibus trafeguem com eficácia, pois são responsáveis por transportar 70% da população, ocupando cerca de 30% do viário. Além disso, quanto maior a velocidade do ônibus, menor o custo para o poder público e para o passageiro. Por isso é preciso ampliar faixas e corredores exclusivos.

O governo vai iniciar de fato a construção dos corredores do BRT. O sistema garantirá vantagens no tempo de embarque e desembarque. A cobrança será feita antes da entrada no ônibus (pré-paga), que reduzirá o tempo de embarque. Outra exigência desse sistema é a plataforma nivelada ao nível do ônibus. Os veículos serão novos, rápidos, com instalações confortáveis e não-poluentes.

A integração física das linhas do BRT é um critério imprescindível, o que torna o sistema mais veloz. Por isso, são necessárias linhas radiais integradas ao eixo principal do BRT.

Corredores

É necessária a implantação de corredores de ônibus. No Ouro Verde, o corredor deve ligar o Terminal Central, seguindo pela João Jorge, Amoreiras, Ruy Rodriguez e até o Terminal Vida Nova. O governo deve operar obras de infraestrutura nos terminais Central, Ouro Verde e Vida Nova. Além da implementação do Corredor Campo Grande, saindo do Terminal Multimodal Ramos de Azevedo, seguindo pela John Boyd Dunlop e chegando ao Terminal Itajaí.

Retomada da ligação perimetral entre os dois corredores, ligando Vila Aurocan até o Campos Elíseos, seguindo pelo leito desativado do VLT.

Construção do terceiro corredor, o Norte (Amarais). Todo esse quadro, representa uma evolução no processo de mobilidade.

Viário e Segurança

O viário é antigo e sem grandes alterações em relação ao crescimento da frota de veículos, que cresce em média 7% ao ano devido às facilidades de financiamento e transporte público desestimulante. Com base nisso, a engenharia de trânsito deve se pautar também pela segurança, com foco na redução de acidentes. É preciso cumprir a meta da ONU, que elegeu o período entre 2011 – 2020 como a década de redução de acidentes no mundo. O Brasil é signatário desse documento. É determinante priorizar pedestres, ciclistas, usuários de transporte público e pequenos deslocamentos para que a cidade se torne mais segura.

Proposta de segurança deve priorizar:

- Projeto urbano conectado e compacto;
- Velocidades de veículos mais seguras;
- Gestão das vias arteriais;
- Enfatizar a caminhada, o uso da bicicleta e o do transporte coletivo.

Bicicletas

O uso de bicicletas, como modal suplementar ao sistema de ônibus, deve ser implementado de maneira segura. Até 5km de distância a ser percorrida, a ciclofaixa é a melhor opção. Não é poluente e muitos trabalhadores podem economizar o dinheiro da passagem. Integrar a bicicleta ao transporte coletivo, com estações com bicicletários, o que favorece a capilaridade do sistema principal. É fundamental, proporcionar um sistema que se torne uma alternativa sem gerar mais problema ao tráfego já congestionado e sem aumentar o risco de acidentes.

Trem

Participar ativamente do processo para desatar os nós que atrasam a implantação do trem intercidades, projeto do governo do Estado, previsto para ligar as regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo, Vale do Paraíba e Santos.

Uber

Por ser uma nova modalidade de transporte particular, que é o sistema de compartilhamento de veículos e de viagens, uma cidade preparada para a tendência da economia do compartilhamento deve estimular que mais pessoas usem os mesmos carros que já estão nas ruas em vez de estimular a compra de novos. A concorrência positiva deve ser estimulada para o bem do cidadão, mas é necessário assegurar que os taxistas recebam apoio para se aprimorarem e garantirem um serviço de qualidade para que seja possível a coexistência dos dois modelos.

Mobilidade e qualidade de vida

O ritmo do crescimento populacional e a urbanização dispersa tem reflexo na melhoria da qualidade de vida de parte da população, pois contribui para a segregação socioespacial da população, impedindo o acesso a bens

de consumo de outras regiões e dificultando o acesso a áreas da cidade e ao uso de bens, serviços e espaços públicos.

A urbanização dispersa deve ser tratada também pelo aspecto da mobilidade para ajudar a construir uma cidade menos desigual, onde o acesso às oportunidades se apresente de forma equânime a toda população.

Planejamento e Urbanismo

Os desafios do governo na área de planejamento e urbanismo precisam ser combatidos fundamentalmente com vontade política. Caberá à nova administração eliminar a insegurança jurídica que tem provocado a fuga dos investidores da cidade. Esse quadro faz com que Campinas realize de fato um percentual muito baixo em investimento em relação ao orçamento.

Para reverter essa situação é necessário rever e aperfeiçoar a legislação, estabelecer critérios claros do que pode e deve ser feito pelo setor de construção civil em cada área da cidade, reconsiderar as atividades das secretarias de Planejamento e Urbanismo, além de estimular operações urbanas consorciadas para evoluir na requalificação e desenvolvimento de determinadas regiões de Campinas.

A lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1988, será revista e encaminhado um novo texto ao Legislativo com agilidade. O texto deve ser claro, definindo de forma objetiva o que é permitido. Dessa forma é possível deferir ou indeferir projetos de forma ágil, aliado à análise de um código de obras atualizado. O governo deve eliminar a necessidade de análises paralelas e subjetivas de outros departamentos da administração.

A transparência e clareza da legislação, construída juntamente com técnicos da Prefeitura e entidades da sociedade civil, evitará brechas e interpretações subjetivas. Leis urbanísticas claras permitirão àqueles que querem empreender realizar investimentos com segurança. Também garantirão ao servidor público segurança em seus atos administrativos sobre assuntos urbanísticos.

Os mesmos conceitos de clareza e objetividade devem ser aplicados ao modelo de contrapartidas, conforme critérios bem definidos e não variáveis. O instrumento urbanístico da outorga onerosa deve ser aplicado

como uma exceção, como forma de indução do planejamento para o benefício urbano, e deixar de ser usado como uma fonte de receita para o município, que compromete a qualidade de vida da população.

A Secretaria de Planejamento terá sua atuação otimizada, o órgão deve planejar o desenvolvimento urbanístico de Campinas e não se limitar a emitir certidões com uma atuação apenas burocrática. A ação secretaria terá foco na dinâmica e no planejamento da cidade. A Secretaria de Urbanismo, revista, poderá assumir parte das atribuições que atualmente estão no Planejamento.

Operação Urbana Consorciada

As Operações Urbanas Consorciadas devem ser utilizadas com base em seu potencial de requalificação dos espaços pela nova administração. O envolvimento de moradores e usuários de determinadas regiões, além da participação da iniciativa privada, sob coordenação do poder público tem poder de transformação urbanística estrutural e se reflete na qualidade de vida das pessoas na medida em que provoca uma evolução na relação entre o cidadão e o espaço público. Esse instrumento permite ainda que os custos sejam repassados à iniciativa privada por meio do direito de explorar serviços instalados.

Habitação

Para uma Campinas mais justa e feliz, é preciso executar uma política habitacional baseada em diretrizes de planejamento e desenvolvimento urbano. O grande desafio da nova gestão será universalizar o acesso à moradia digna, evitar a segregação social e espacial por meio do planejamento de uma cidade mais conectada urbanisticamente.

O déficit habitacional deverá ser fortemente reduzido com financiamentos de programas dos governos federal, estadual e municipal e por um esforço revisão e modernização da legislação, respeito e apoio ao Conselho Municipal de Habitação. No que tange ao tema, o governo não pode se limitar a resolver problemas emergenciais.

Será necessário desenvolver uma política habitacional de resultado, focada em um cadastro informatizado de forma ágil, sem duplicidades e transparente, priorizando a atenção às famílias mais vulneráveis socialmente, também aquelas chefiadas apenas pela mulher.

A gestão assegurará ainda a ampliação de canais de financiamento e a eficiência na realização e aprovação de projetos habitacionais. A iniciativa privada terá a garantia da segurança jurídica para construir por meio de regras claras, além da transparência nos processos e no sistema de contrapartidas. A promoção de parcerias público-privadas (PPP) também terá um tratamento eficaz do poder público.

Uma política de habitação digna, como um processo de inclusão social e de reversão da segregação, visará ainda agilizar a regularização de áreas, eliminar imóveis improvisados e construídos em áreas impróprias e de risco. Para tanto, será preciso recorrer a vazios urbanos para a produção de habitações de interesse social, levando em conta localização, valor da terra, modalidade do programa entre outros critérios.

Por meio de uma visão intersetorial, um processo de habitação e urbanização voltado para o bem-estar da cidade levará em conta a qualidade de serviços públicos e oportunidades disseminados pelo território de maneira equânime, sem segregação social e espacial. A execução bem-feita de projetos realizados por essa ótica terá consequências positivas também para a redução da pobreza, violência, desemprego e desigualdade.

Processos de inovação e de qualificação entre os servidores da área permitirão o monitoramento da política habitacional a ser implementada e a execução e controle das metas de execução em todas as suas fases.

O poder transformador de uma política habitacional eficiente fará com que o governo possa sustentar um novo modelo de desenvolvimento urbano que promova o surgimento de uma Campinas mais equânime, justa e que garanta mais oportunidade para as pessoas.

Educação

Vislumbrar um futuro melhor para Campinas passa pela elevação da qualidade do ensino, com melhoria profunda dos processos de gestão. Um governo que elevará a qualidade de vida das pessoas e criará oportunidades iguais terá como meta zerar o déficit do ensino infantil e garantir a presença de todas as crianças e jovens na escola.

O governo deverá ampliar e fortalecer convênios de qualidade para garantir que os pais estejam tranquilos e as crianças possam ter acesso a

conhecimento desde cedo. Isso é fundamental para o desenvolvimento futuro das crianças e de Campinas.

Uma visão intersetorial da educação irá além da criação de vagas e aliará outras áreas, como a saúde, a assistência social e o apoio às famílias, para que as crianças, principalmente as pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade, possam se desenvolver plenamente.

Será fundamental aperfeiçoar o sistema integral e privilegiar locais onde a vulnerabilidade social estiver mais presente. Dessa forma, assegurar às crianças um ambiente saudável, seguro e inclusivo. Diferentemente das ruas.

O governo garantirá que a escola pública implemente projetos que tenham o aprendizado pleno como meta, além de outras atividades complementares, principalmente de cultura, esporte e reforço escolar, no contraturno.

Educar as crianças de Campinas para que tenham melhores oportunidades no futuro será assegurar a elas a permanência nas escolas com boa educação, atividade, segurança, alimentação.

O magistério e demais servidores terão garantias de uma escola adequada, com boas instalações e segura. É prioridade concreta a forma como a unidade escolar será administrada. Essa é uma responsabilidade que deverá passar por professores, estudantes e pais, por meio de uma participação ativa da comunidade e do respeito e apoio aos conselhos.

A nova administração terá ainda como foco o incentivo à implementação de mais unidades de ensino técnico com maior integração com o mercado de trabalho de Campinas. Será uma forma de garantir que os jovens estejam aptos para conquistar uma vaga de trabalho e desenvolver uma carreira profissional.

A Campinas mais justa e inclusiva aprimorará também o ensino de jovens e adultos para contemplar aqueles que não tiveram oportunidades de aprendizado. Dessa forma será possível superar o gargalo educacional e sustentar o surgimento de uma cidade melhor.

SAÚDE

Campinas é pioneira na atenção à saúde. O SUS é um projeto audacioso e reconhecido internacionalmente por ter a capacidade de assegurar serviços de saúde ao cidadão. No entanto, é preciso capacitar gestores de todos os níveis, com auditoria suficiente para avaliar toda a capilaridade dos recursos. Impõe-se a necessidade de desenvolver e implementar uma política de recursos humanos adequada do sistema público de saúde. Capacitação e recursos humanos são pilares básicos de um sistema de saúde eficiente.

O governo deve reduzir custos sem reduzir os serviços à população, gerenciar de forma ágil e inteligente as despesas do sistema, gastar com qualidade e com foco no objetivo de tornar eficiente o atendimento aos pacientes, informatizar de forma intensiva, constante e transparente a gestão, além de formalizar e ampliar convênios com instituições de excelência.

Aplicar boas práticas de gestão à saúde é fundamental para garantir de forma digna a universalidade do atendimento e a atenção total e integral ao tratamento de todas as doenças. É sabido que nos últimos anos o governo federal investiu menos no sistema de saúde dos municípios, o que reforça a necessidade de uma maior participação de estado e município, principalmente no gerenciamento dos recursos.

Um processo eficaz de informatização e integração de sistema permitirá o acompanhamento dos indicadores de saúde de maneira rotineira, com controle, avaliação constante e correção de rumos não adequados. A ausência desses procedimentos de gestão tem resultado em filas para consultas, exames, cirurgias e emergências lotadas.

Em relação a recursos humanos, é preciso eliminar a sobrecarga de trabalho e o déficit de profissionais de diversas áreas para garantir ao servidor um ambiente de trabalho digno e profissional. Valorizar, por meio da meritocracia, os trabalhadores do sistema.

Campinas é uma cidade com excelência na formação de médicos, mas há déficit desses profissionais na rede pública por falha de gestão. É preciso garantir condições de trabalho melhores, principalmente na atenção básica de saúde.

É fundamental para a administração investir nas unidades básicas de saúde, garantindo infraestrutura, insumos, equipamentos, segurança e profissionais. Esse investimento deve ser feito de maneira que contemple

todas as áreas para reduzir a rotatividade de funcionários e assegurar o ambiente de atendimento adequado a funcionários e população.

Esse ambiente adequado permitirá aos usuários do SUS que voltem a confiar no atendimento das Unidades Básicas de Saúde, evitando, assim, que recorram aos hospitais e lotem essas estruturas de referência.

À administração caberá fortalecer convênios com instituições de excelência e parcerias via PPPs (Parcerias Público-Privadas) e via organizações sociais. Esse modelo é uma poderosa ferramenta de gestão pública que contribui para acelerar a modernização do sistema de saúde e melhorar a vida das pessoas. O modelo assegura mais efetividade das ações de saúde. Liderança, capacidade técnica e gestão de projetos são componentes básicos para essa proposta.

O Hospital Ouro Verde não pode, pelos procedimentos que realiza, continuar a ter um custo mais elevado que o do Hospital Mário Gatti, já que não faz uma série de procedimentos de alta complexidade. O fortalecimento da parceria com o hospital Celso Pierro, da PUC-Campinas, aliviará os procedimentos do Hospital Mário Gatti e garantirá economia à administração municipal, pois a compra de insumos por meio de uma instituição privada garante preços mais baixos, já que fornecedores elevam os valores quando a compra é feita diretamente por um órgão público. A manutenção de equipamentos e a atualização tecnológica, também passam a ser agilizadas com as parcerias. É fundamental uma prestação de contas transparente.

Boas práticas de gestão permitirão ainda traçar estratégias para aprimorar o tratamento de doentes e a prevenção a doenças. Descentralizando, trabalhando com protocolos, diretrizes, e vendo o futuro no médio e longo prazos. De forma ativa, será possível e viável reduzir o tempo entre decisões, ações e resultados.

A agilidade para a gestão de saúde passa por um governo empreendedor baseado em:

- Planejamento estratégico;
- Planos e ações estruturais;
- Objetivos e metas com foco em resultados;
- Inovação;
- Responsabilidade na aplicação dos recursos públicos;

- Transparência

Defesa e Bem-Estar Animal

A causa da defesa e proteção dos animais aborda áreas como saúde pública, gestão municipal, regulação de serviços e relação das pessoas de Campinas com os animais e meio ambiente de forma geral. É uma questão de política pública que terá a atenção e o empenho do novo governo, com reflexo no aumento da qualidade de vida do cidadão do município.

Em Campinas, o mercado PET evoluiu nos últimos seis anos em 40%, uma taxa média anual de 6,9%. Índices que revelam a preocupação e o cuidado dos campineiros com os animais domésticos e domesticados, é um crescimento superior ao de mercado de eletrodomésticos. A nova gestão aprimorará as atividades de atenção, educação, regulamentação e fiscalização sempre sob a ótica intersetorial.

Uma política pública atenta sobre o assunto retomará as campanhas periódicas de vacinação. Englobará também o apoio e a realização de campanhas de adoção, castração e microchipagem, além do combate às zoonoses e ao abandono. As ações, em conjunto com a disseminação de informações preventivas de saúde e de posse responsável, terão impacto na qualidade de vida de Campinas, ao levar em conta que, segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada R\$ 1,00 investido no controle populacional de animais e no combate às zoonoses é economizado de R\$ 27,00 em saúde humana.

Uma gestão bem preparada viabilizará convênios e parcerias com clínicas veterinárias e com faculdades de medicina veterinária para a realização de procedimentos que promovam o controle da população de cães e gatos. Parcerias com organizações não-governamentais permitirão ações de combate a maus tratos contra animais.

O trabalho de conscientização das pessoas de Campinas, principalmente jovens e crianças, deverá ser desenvolvido não apenas nas escolas, mas também nos parques e bosques públicos. Os locais, devidamente estruturados, serão base de disseminação de boas práticas em relação aos animais, o que preparará a população a cidade para uma nova relação com a fauna.

Será necessário assegurar condições dignas de trabalho e capacitação a todos servidores, independentemente de área, para que possam realizar atividades de prevenção e combate às zoonoses e fiscalização das normas vigentes sobre animais. A revisão e elaboração da legislação permitirá a estruturação prática de uma malha de defesa e proteção animal capaz de articular várias secretarias e departamentos em torno da mesma causa.

Esportes

Investir no esporte é também investir na saúde, educação, segurança, inserção social e, enfim, qualidade de vida das pessoas de Campinas. A nova administração defenderá a universalização da prática esportiva por meio de um modelo de política pública transversal e que beneficie a organização comunitária e contemple mecanismos de combate à violência e de enfrentamento às drogas.

Numa visão mais ampla o esporte, além de impactar a realidade de uma comunidade, pode reduzir muito os gastos públicos em outras áreas. Na educação, usar o contraturno escolar. Crianças de manhã na escola e à tarde no equipamento esportivo, onde terão um cardápio de muitas modalidades esportivas.

Na saúde, um programa composto de palestras de conscientização e atividades físicas com foco nos usuários das Unidades Básica de Saúde, principalmente o público da terceira idade, além de combater de maneira geral o sedentarismo e a obesidade.

Para ampliar a qualidade de vida das pessoas de Campinas é preciso ter em mente que hospitais contribuem com 20% a 25% da manutenção de níveis adequados de saúde da população. A orientação e a cultura, a forma de vida, a busca de qualidade, a alimentação, a atividade física garantem de maneira mais ampla e eficiente os bons níveis de saúde.

Por meio da assistência social, será preciso hierarquizar regiões mais vulneráveis socialmente para que os programas de ações esportivas sirvam como mecanismo de inserção social, combate à violência e geração de oportunidades. As estruturas públicas já existentes como parques,

bosques e praças devem ser preparadas para que estejam compatíveis com esses programas.

Parcerias e convênios com clubes da cidade e com faculdades de Educação física por meio de projetos de extensão deverão criar oportunidades de práticas esportivas por meio de uma variada programação. A gestão deverá ainda dar apoio às atividades para as quais Campinas já demonstra ter vocação, como caminhadas, corridas e passeios ciclísticos.

Todas as atividades frequentes nas comunidades devem ser acompanhadas, com parceria de clubes e faculdades, de uma visão técnica apurada para a busca ativa de novos talentos esportivos e dessa forma fomentar também o renascimento do esporte de alto rendimento de Campinas, otimizando assim as instalações Centro Esportivo de Alto Rendimento.

Uma gestão mais eficiente assegurará a garantia financeira, orçamentária e de projetos necessários para a implementação dos programas de ações. Além de garantir condições dignas de trabalho e implantar um processo de valorização dos servidores da pasta para que a gestão possa inovar, por meio de uma reestruturação administrativa e um sistema informatizado de gerenciamento.

CULTURA

A cultura deve ser pensada e interpretada, para além do lazer e da diversão. É preciso desenvolver ações culturais pautadas pelo acúmulo de conhecimento, inovação, densidade criativa que promovam o pensamento crítico e as transformações sociais e humanas.

É preciso valorizar ações culturais e educativas, que permitam reduzir mazelas sociais, como preconceito, racismo e discriminação. São atividades que priorizarão a ampliação de direitos para o constante aprimoramento da democracia e dos processos inclusão.

Portanto, a ação do governo no campo da cultura deve estar acompanhada de um programa de gestão cultural, que contemple a ideia de cultura a partir de três princípios básicos e complementares: a dimensão coletiva e política, a dimensão humanizadora e educativa, a dimensão produtiva e econômica.

Deve-se voltar o olhar, por meio de políticas, programas e ações, para aspectos específicos do campo da cultura, de forma que contemplem:

- Variadas linguagens artísticas (teatro, dança, música, cinema e audiovisual, artes plásticas, circo, literatura);
- Diversos meios de comunicação, divulgação e circulação cultural, do oficial ao alternativo (canais televisivos, rádios, portais eletrônicos, editoração e demais veículos impressos e visuais);
- Patrimônio material e imaterial (promover, preservar e revigorar o patrimônio, requalificar centros urbanos, política museológica);
- Múltiplas expressões culturais (pluralidade e diversidade cultural);
- Criação de meios para a formação de público e para o acesso aos produtos e bens culturais em geral);
- Iniciativas regionais de comunidades e organizações da sociedade civil;
- Fortalecimento do orçamento para estímulo e apoio a eventos.

Estrutura

É fundamental restaurar ou viabilizar parcerias público-privadas para o aprimoramento das estruturas existentes. Assim como aprimorar a oferta de locais, sempre com atenção à qualidade da produção cultural. Há espaços tradicionais que precisam ser utilizados de maneira eficiente, como já foram no passado. Imóveis como o Teatro Castro Mendes, Centro de Convivência Cultural e MIS possuem áreas internas que vão ser usados para atividades paralelas às atividades-fim do prédio. Ou seja, espaço menores que podem receber atividades culturais, como apresentações, exposições, oficinas etc. A característica multiuso desses espaços possibilita a sua utilização de forma mais eficiente. Antes de grandes projetos, com novas obras e gastos, é preciso levantar quais estruturas existem e de que forma elas podem ser melhor utilizadas, além de implementar estruturas descentralizadas como o Espaço Maria Monteiro na Vila Padre Anchieta.

Mecanismos de incentivo cultural

Buscar meios diferenciados para o incentivo ao acesso à cultura e para o alcance da população à oferta de bens culturais. É preciso garantir que a iniciativa privada e a classe cultural tenham no poder público uma curadoria qualificada de produções para que a intermediação entre esses dois agentes seja segura, por meio de uma seleção e exposição de projetos aos interessados da iniciativa privada, dessa forma, ser um canal de incentivo cultural. A classe cultural espera do poder público essa intermediação para que empresas possam utilizar o PROAC e a Lei

Rouanet com a certeza de que a curadoria dos projetos terá o aval da Secretaria de Cultura do município.

Formação de público e divulgação

É fundamental manter a preocupação com o conteúdo cultural com acesso sem restrições. As atividades culturais precisam de apoio para a divulgação de forma que contemple com frequência os vários perfis de público, utilizando meios tradicionais de divulgação, mas também as plataformas digitais, como rede sociais e sites responsivos para diversos dispositivos tecnológicos.

Legislação moderna

O processo de modernização atingirá também a legislação. A Lei do FICC (Fundo de Investimento Culturais de Campinas) não prevê fiscalização dos projetos aprovados. Há casos em que o projeto contemplado não tem garantido, por parte do município, locais para apresentação. Em outras situações, não há fiscalização se o contemplado realiza o que foi previsto no edital aprovado. A legislação do FICC não prevê regras e critérios claros para a escolha dos projetos, sendo assim a comissão se utiliza de critérios sem isenção, movidos pelo compadrio entre os postulantes e integrantes da comissão. A Legislação do deve ser melhorada e atualizada para sanar tais falhas.

Requalificação do Centro

O governo garantirá a convergência no trabalho das secretarias. O Centro só pode ser requalificado e receber uma produção cultural ativa se o público tiver a certeza de que terá uma boa experiência assegurada pelas áreas de segurança, infraestrutura e serviços públicos e da iniciativa privada (iluminação, estacionamento noturno, disponibilidade de transporte público, alimentação). Com estrutura adequada, é possível garantir uma produção cultural ativa na região central, aliada a uma política cultural eficiente.

Desenvolvimento Econômico

A metrópole de Campinas atingiu, segundo dados mais recentes do IBGE, o PIB de R\$ 51,3 e uma renda per capita de R\$ 44,8 mil. Índices resultantes das atividades econômicas desenvolvidas em diversas áreas, principalmente o setor de serviços, comércio, indústria, logística, produtos de alta tecnologia e pesquisa e produção de conhecimento.

É chegado o momento daqueles que têm sustentado o desenvolvimento de Campinas, seja por meio de esforço próprio ou de seus familiares. O novo governo chega para garantir a eles oportunidades de evoluírem socialmente e de assegurar a seus filhos um futuro seguro e próspero, no qual possam usufruir dos bens que ajudam a construir por meio do trabalho diário.

A nova administração deve assumir ativamente o papel de indutor do desenvolvimento econômico, não como um fim em si mesmo, mas revertendo o crescimento a favor do bem-estar dos cidadãos de Campinas.

A revisão e implementação de uma legislação clara, transparente e coesa irá proporcionar segurança jurídica para que empresas e empreendedores sintam estabilidade ao escolher Campinas para implantarem seus negócios. O objetivo do novo governo será efetivar um ciclo virtuoso formado pela mão-de-obra qualificada, investimento privado, geração de emprego, de renda e de qualidade de vida.

A consolidação do setor de turismo de negócios passará necessariamente pelo empenho do governo para atrair e apoiar eventos e feiras de grande porte que, por si, movimentam a economia local, mas também geram oportunidade de negócios que se refletem, em médio e longo prazos, no mercado de trabalho e em divisas.

Será determinante que a administração empregue total esforço para habilitar e requalificar tecnicamente e profissionalmente os habitantes menos preparados, por meio de parcerias com instituições de ensino e órgãos de outras instâncias de governo. Dessa forma, será possível preparar jovens em formação e trabalhadores para que se beneficiem das oportunidades de emprego geradas por uma economia exuberante que tornará a cidade mais produtiva, justa e inclusiva.

Economia Criativa

A economia criativa é uma das respostas mais efetivas ao desafio do aumento de produção e da geração de renda e emprego, principalmente numa economia baseada em serviços e de novos segmentos da indústria, entre os quais o da tecnologia da informação. A recolocação de Campinas na vanguarda do desenvolvimento econômico indica à nova administração o caminho natural desse modelo como uma das formas de projetar o futuro.

Com a meta de fomentar e catalisar as ações de todos agentes envolvidos, a administração dará apoio ao desenvolvimento de atividades baseadas nos princípios da diversidade cultural, inovação, sustentabilidade e inclusão social. Dessa forma, garantirá um ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade, o talento empreendedor e o ativo intelectual como seus principais recursos produtivos.

Sustentabilidade

O desenvolvimento da metrópole levará em consideração o financiamento de soluções inovadoras que contemplem a sustentabilidade e há de se levar em conta ainda que o crescimento natural de Campinas trará consigo a demanda futura por infraestruturas e serviços urbanos.

A gestão deverá suprir essa demanda, ao assegurar infraestruturas que induzam o desenvolvimento de Campinas de forma mais compacta e conectada para a redução de emissões carbono. É preciso garantir com eficiência o financiamento de projetos sustentáveis com atenção ao equilíbrio de interesses do município e da iniciativa privada, por meio de projetos atrativos.

Infraestrutura

Uma gestão competente e bem preparada para administrar e inovar, focada em resultado para as pessoas de Campinas, não pode se limitar à atual capacidade de investimento. O fim dos gastos inadequados, a melhor gestão de contratos e a redução de comissionados propiciarão uma economia capaz de ampliar o nível de investimento em infraestrutura.

Paralelamente a isso, a capacidade de investimento em novas obras e serviços será estimulada por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Esses mecanismos de gestão não exigem que o município aloque seus próprios recursos nos projetos e transferem para o sócio privado todo o ônus financeiro e a responsabilidade da execução com agilidade e eficiência, assumindo riscos e prazos. Além disso, as PPPs bem executadas permitirão ao governo a economia de recursos e a sua aplicação de maneira inteligente.

Muitas operações de infraestrutura poderão ser realizadas por meio das PPPs. Obras de saneamento, manutenção de áreas e prédios públicos, iluminação, construção de estruturas da saúde e educação, obras de mobilidade urbana, cultura, tecnologia. Enfim, muito do que as pessoas de Campinas carecem e merecem receber do novo governo.

A administração assegurará às parcerias, a segurança jurídica necessária para que Campinas volte a ser um município atrativo para empresas e investidores que, por sua vez, garantirão eficiência e capacidade de inovação. O equilíbrio entre os objetivos das partes envolvidas promoverá a retirada da cidade do estado de estagnação no qual se encontra.

A nova gestão prezará pela transparência – inclusive dando ciência ao Ministério Público, controle e fiscalização rigorosa nos processos de parceria. Será fundamental capacitar o quadro administrativo para a elaboração de projetos viáveis com metas de prazo que possibilitem impactar positivamente a vida das pessoas da cidade, por meio de investimentos em projetos de infraestrutura de caráter social.